



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Uberlândia

Parecer Técnico IEF/NAR UBERLÂNDIA nº. 79/2023

Belo Horizonte, 02 de maio de 2023.

## PARECER ÚNICO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Anastacio Gomes Lamounier	CPF/CNPJ: 062.855.546-68
Endereço: Rua Camelia rosada 180 cs Gavea hill ii	Bairro: Gavea
Município: Uberlândia	UF: MG
Telefone: (34)3336-7323	E-mail: safra@ambientalsafra.com.br
CEP: 38400-000	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( X ) Sim, ir para o item 3 ( ) Não, ir para o item 2

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	E-mail:
CEP:	

## 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Mubrule	Área Total (ha): : 422,2131ha
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Matrícula 181.290	Município/UF: Uberlândia-MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3170206-256A.6782.64C0.4E38.AD37.9140.12EE.3C0A	

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	375	unidades

## 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	375	un	22 K	780.074,47	7.871.399,20

## 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Agricultura	Área útil	96,5466

## 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	Outros-Corte de Árvores Isoladas		96,5466

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha floresta nativa	Lenha	84,70	m³
Madeira floresta nativa	Madeira	20,77	m³

## 1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 10/04/2023

Data da vistoria: 02/05/2023

Data de solicitação de informações complementares: 11/04/2023

Data do recebimento de informações complementares: 28/04/2023

Data de emissão do parecer técnico: 02/05/2023

## 2. OBJETIVO

*O objetivo da intervenção ambiental requerida, através do corte de 375 (trezentas e setenta e cinco) árvores isoladas, é fazer a implantação da cultura de cana de açúcar sem queima.*

## 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

### 3.1 Imóvel rural:

O Sr. Anastacio Gomes Lamounier, proprietário da Fazenda Mubrule - matrícula 181.290, com área total de 422,2131ha, localizada na zona rural do município de Uberlândia - MG que possui cobertura vegetal nativa de 15,94 %. A propriedade está inserida no Bioma Cerrado, com tipologia vegetal de vereda e Floresta Estacional Semidecidual Montana. Coordenadas geográficas UTM 22K 780.074,47 e 7.871.399,20.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3170206-256A.6782.64C0.4E38.AD37.9140.12EE.3C0A

- Área total: 422,2268ha

- Área de reserva legal: 84,1871ha

- Área de preservação permanente: 102,2320ha

- Área de uso antrópico consolidado: 300,9695ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 84,1871ha

( ) A área está em recuperação: 0 ha

( ) A área deverá ser recuperada: 0 ha

- Formalização da reserva legal:

( ) Proposta no CAR (X) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento:

Matrícula 181.290 CRI Uberlândia

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 4

- Parecer sobre o CAR:

*"Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão (ou não) de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida".*

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

*O explorador Anastacio Gomes Lamounier pleiteia realizar o corte de 375 (trezentas e setenta e cinco) árvores isoladas em uma área de 96,5466ha para agricultura, visando a implantação da cultura de cana de açúcar sem queima. De acordo com o levantamento apresentado pela planilha de espécies anexa ao processo, foram encontradas espécies protegidas por Lei, sendo, 7 (sete) Pequis, e 4 (quatro) Ipês-Amarelos que serão suprimidos. Conforme requerimento, o rendimento lenhoso é de 84,70 m³ de lenha e 20,77 m³ de madeira, que serão usados na propriedade e incorporados ao solo dos produtos florestais in natura.*

Taxa de Expediente: R\$ 1113,15 - 10/02/2023

Taxa florestal Lenha: R\$ 597,28- 10/02/2023

Taxa florestal Madeira: R\$ 978,16 - 10/02/2023

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23125873

### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

A propriedade encontra-se fora de área prioritária para conservação da biodiversidade e de muito baixa a média vulnerabilidade natural, segundo análise do IDE. Não está localizada próxima a Unidade de conservação. Está inserida dentro do bioma cerrado de acordo com a análise do mapa de biomas do IBGE, com tipologia vegetal de Vereda e Floresta Estacional Semidecidual Montana. De acordo com os estudos apresentados e após a análise técnica não existem restrições ambientais na área de intervenção requerida conforme IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>.

- Vulnerabilidade natural: muito baixa a média

- Prioridade para conservação da flora: Alta

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Não

- Unidade de conservação: Não

- Áreas indígenas ou quilombolas: Não

- Outras restrições: Não

#### 4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

- Atividades licenciadas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

- Classe do empreendimento: 1

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: Não passível

- Número do documento: Não se aplica

#### 4.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada em 02/05/2023 de forma remota, utilizando-se ferramentas geo espaciais : Google Earth, QGis 3.6 e IDE-sisema, a fim de verificar se as árvores estavam localizadas em áreas protegidas do imóvel rural ( Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Reserva Legal). Através dessa análise verificou-se que as árvores que serão suprimidas não se encontram em áreas protegidas. Verificou-se na contagem através da planilha de lista de espécies a ocorrência de espécies protegidas por Lei: 7 (sete) Pequis e (quatro) Ipês-Amarelos que serão suprimidos conforme preconiza a Lei nº 20.308/2012.

##### 4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Plano a suave ondulado

- Solo: Latossolo vermelho distrófico

- Hidrografia: Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

##### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Pertence ao Bioma Cerrado, sendo que tem como fisionomias a Vereda e Floresta Estacional Semidecidual Montana.

- Fauna: Quanto à fauna existente no empreendimento as principais espécies que existem são aquelas encontradas no Cerrado, predominantemente pequenas aves.

## 5. ANÁLISE TÉCNICA

Através das informações prestadas nos estudos, análise de imagens de satélite e utilização de ferramentas disponíveis no sistema IDE-SISEMA, verificou-se que as árvores que serão suprimidas não se encontram em áreas protegidas (APP e Reserva Legal). Foram identificadas espécies protegidas por Lei em área antropizada na propriedade, sendo 7 (sete) Pequis e (quatro) Ipês-Amarelos que serão suprimidos, pois é necessário para implantação da cultura de cana de açúcar sem queima. Foi apresentada um PTRF para a compensação de 4 Pequi e 4 Ipês-Amarelos, assim como recolhimento de taxa pró-pequi, pela supressão de 3 pequis, conforme preconiza a Legislação vigente.

#### 5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os possíveis impactos ambientais decorrentes do corte de árvores isoladas, são a exposição do solo, facilitando processos erosivos; perturbação, afugentamento, atropelamento e captura da fauna, com a diminuição de área de abrigo, de nidificação e de deslocamento. Conforme apresentado nos estudos as medidas mitigadoras visam principalmente não fazer o uso de fogo; preservar as áreas remanescentes; e adotar técnicas e medidas de proteção do solo. Além de controle de drenagem para evitar possível carreamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos. Optar sempre que possível pelo controle biológico, evitando ao máximo a contaminação do solo com defensivos químicos. As áreas remanescentes de vegetação não deverão ser exploradas sem a prévia autorização do órgão ambiental competente e o material lenhoso oriundo do corte das árvores isoladas deverão ser aproveitados para uso dentro da propriedade.

##### Exemplo de medidas mitigadoras:

- curvas de nível e controle de processos erosivos,

- Proteção das áreas de preservação existentes na propriedade.

- Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.

IMPACTOS AMBIENTAIS	MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS
Depreciação da qualidade do ar, quando da emissão de partículas sólidas e de gases resultantes de combustão, em virtude do emprego de maquinarias em diferentes operações.	Aprimorar a qualidade dos combustíveis e a parte mecânica das maquinarias, diminuindo o seu potencial poluidor; implantar um sistema eficiente de manutenção das maquinarias; treinar melhor os operários para a execução racional das tarefas mecanizadas
Movimentação do solo ou erosão para a abertura e manutenção de estradas	Utilizar tratores com menor capacidade de compactação do solo; aprimorar o treinamento dos operários na execução das tarefas, evitando o excesso de compactação do solo e adotar boas práticas de conservação do solo.
Danos a microbiota do solo em razão da exposição do solo	Realizar o plano de cobertura vegetal o quanto antes possível, afim de proteger o solo das intempéries.
Assoreamento de cursos hídricos	Construção de curvas em nível e cacimbas
Morte acidental de animais	Caso detectado locais de reprodução, ninhos, abrigos e alimentos da fauna silvestre, mantê-los e isolá-los.

## 6. CONTROLE PROCESSUAL

## 7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO TOTAL** do requerimento de corte de **375 (trezentas e setenta e cinco) árvores isoladas** em uma área de 96,5466ha, localizada na propriedade Fazenda Mubrule - matrícula 181.290. Foi constatado através de mapa planimétrico e dos arquivos digitais que as árvores que serão suprimidas não se encontram em áreas protegidas (APP e Reserva Legal). O rendimento lenhoso estimado é de 84,70 m³ de lenha e 20,77 m³ de madeira, que serão usados na propriedade e incorporados ao solo dos produtos florestais in natura. Vale ressaltar que foram identificadas espécies protegidas por Lei, sendo 7 (sete) Pequis e (quatro) Ipês-Amarelos que serão suprimidos conforme preconiza a Lei 20.308/2012. Foi apresentado um PTRF para compensação de 4 espécies de Pequis e 4 espécies de Ipês- Amarelos que serão suprimidas, sendo compensadas em forma de plantio, e recolhimento de taxa pró-pequi de 3 unidades de Pequis. Será condicionado a execução e evolução do PTRF conforme apresentado nos estudos, em forma de plantio, em áreas de APP antropizadas da Fazenda Santa Monica e São Lucas – matrículas 11.034, 96.983 e 56.984, localizada no município de Veríssimo - MG, conforme apresentado no PTRF e planta topográfica anexos ao processo . Foi apresentado no processo a anuência do proprietário da Fazenda Fazenda Santa Monica e São Lucas.

## 8. Medidas compensatórias

Como medida compensatória pelo corte do Pequi, o explorador deverá realizar o plantio de 40 mudas de pequi, pela supressão de 4 Pequis, isto é, para cada exemplar a ser suprimido, deverá ser feito um plantio compensatório na proporção de 1:10. Quanto ao restante dos pequis 3 (três) a serem suprimidos, o empreendedor deverá realizar a compensação pecuniária, sendo que os recursos deverão ser destinados ao programa Pró-Pequi. Como medida compensatória pelo corte do Ipê-amarelo, o explorador deverá realizar o plantio de 20 mudas de ipê-amarelo, pela supressão de 4 ipê-amarelo, isto é, para cada exemplar a ser suprimido, deverá ser feito um plantio compensatório na proporção de 1:5. As medidas compensatórias estão de acordo com as normativas da Lei **nº 20.308, de 27 de julho de 2012**.

Como medida compensatória pela supressão dos 4 Pequis e 4 Ipês-Amarelos, foi apresentado um Projeto Técnico de Reconstituição da Flora - PTRF, com plantio de 60 mudas ao longo da APP antropizada da Fazenda Santa Monica e São Lucas, com coordenadas

geográficas 19°26'15.70"S e 48°21'46.29"O. O PTRF terá sua execução e evolução condicionados nesta autorização, conforme preconiza a legislação vigente.

## 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Taxa de Reposição Florestal: R\$ 3.187,45 - 10/02/2023

Taxa pró-Pequi: R\$ 1.511,07 - 31/05/2023

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal R\$7.886,16

☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

## 10. CONDICIONANTES

### Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Apresentar relatório técnico fotográfico da execução e evolução do PTRF apresentado nos estudos.	6 meses após início do PTRF
2	Apresentar relatório técnico fotográfico da evolução do PTRF apresentado nos estudos.	Anualmente por 5 anos
...		

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

### INSTÂNCIA DECISÓRIA

☐ COPAM / URC ☒ SUPERVISÃO REGIONAL

### RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Juliene Cristina Silverio Maia

MASP: 1.503.538-9



Documento assinado eletronicamente por **Juliane Cristtina Silvério Maia**, Gerente, em 01/06/2023, às 08:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **65089868** e o código CRC **4CDC75D0**.